

# ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

150 anos



ASSOCIAÇÃO  
DOS ARQUEÓLOGOS  
PORTUGUESES  
1863-2013

Patrocinador oficial  
FUNDAÇÃO MILLENIUM BCP

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, Andrea Martins, César Neves  
Design gráfico: Flatland Design

Produção: DPI Cromotipo – Oficina de Artes Gráficas, Lda.  
Tiragem: 400 exemplares  
Depósito Legal: 366919/13  
ISBN: 978-972-9451-52-2

Associação dos Arqueólogos Portugueses  
Lisboa, 2013

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Os desenhos da primeira e última páginas são, respectivamente, da autoria de Sara Cura e Carlos Boavida.

Patrocinador oficial



Apoio institucional



# EDUARDO DA CUNHA SERRÃO, A AAP E O PROJECTO DE ESTUDO DA ARTE RUPESTRE DO TEJO

Francisco Sande Lemos / Arqueólogo / sandelemos@gmail.com

## RESUMO

Eduardo da Cunha Serrão foi vogal da Secção de Pré-História, seu Presidente (1974-1987) e Presidente da AAP (1987-1990). O seu contributo foi decisivo numa das primeiras grandes operações de Arqueologia Preventiva em Portugal: o Salvamento da Arte Rupestre do Tejo (1971-1974). Como responsável máximo dos estudos, assumiu plenamente as funções de coordenador e dedicou ao Salvamento da Arte Rupestre do Tejo grande parte do seu tempo livre, tendo como colaboradores estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa (agregados no GEPP). Manteve correspondência assídua e contactos pessoais quer com a entidade da tutela (Direcção Geral dos Assuntos Culturais), quer com Fundação Calouste Gulbenkian. Por outro lado participou activamente na imediata divulgação científica e mediática das sucessivas descobertas, designadamente na Secção de Pré-História da AAP. Esta comunicação pretende evidenciar, numa perspectiva diferente da de outros textos já publicados, o valioso contributo de ECS no processo, nas diversas plataformas, desde a gestão ao planeamento das campanhas. O texto baseia-se nos artigos subscritos pela equipa que estudou a Arte Rupestre do Tejo, na ampla documentação (quatro volumosos dossiers do Arquivo do Direcção Geral do Património Cultural), no legado de Jorge Pinho Monteiro (em depósito no Museu Nacional de Arqueologia) e na memória pessoal do autor.

## ABSTRACT

Eduardo da Cunha Serrão (Chairman of the Prehistoric Section of the Archaeological Portuguese Association and after AAP Board President) had a key contribution to one of the first great's rescues operations in Portugal: the study of a wide complex of rock art later covered by the lake of the Fratel dam (Tagus River). This paper aims to underline his activity as director of the project in different fields: contacts with the heritage state authorities, the funding of the project; the planning of the field work; the preparation of the papers submitted to reviews and scientific meetings. The material for this article are the documentation archived in Portuguese Heritage Authority, the papers of Jorge Pinho Monteiro kept in Archaeological National Museum and the memoir of the author.

“Pela sua dimensão qualitativa e quantitativa, este caso arqueológico será o mais importante dos meados deste século entre nós...”

Eduardo da Cunha Serrão

## 1. INTRODUÇÃO

Os primeiros registos de Arte Rupestre em Portugal remontam ao séc. XVIII, no âmbito do inventário do Património promovido pela Real Academia de História. Trata-se dos desenhos do Cachão da Rapa registados nas Memórias de Ansiães (Morais

& Magalhães). No entanto este primeiro registo não induziu um particular interesse dos antiquários pelas inscrições com sinais ilegíveis. A formação clássica da maioria dos eruditos iluministas centrou-se preferencialmente no inventário das epígrafes latinas que se enquadrava no projecto mais vasto de inserção da memória da Antiguidade Clássica no território como espaço cultural. Será na segunda metade do século XIX que a Arte Rupestre suscita um interesse generalizado. A implosão do tempo bíblico ocorrida em meados do século XIX, marca o interesse por todas as evidências do passado, mesmo as

mais abstractas e insondáveis. Nesta perspectiva os pioneiros da Arqueologia Portuguesa divulgam toda uma série de sítios, dispersos um pouco por todo o país. Por exemplo Francisco Martins Sarmiento nas suas excursões arqueológicas, no território de Entre Douro e Minho, anota no seu caderno, desenha e fotografa, sempre que possível, numerosos conjuntos de gravuras, tendo mesmo adquirido um deles a Lage dos Sinais no Monte da Saia (Barcelos). Deste modo tal como em muitas outras nações europeias a Arte Rupestre estabeleceu-se como um dos marcadores arqueológicos frequentemente incluídos tanto nos trabalhos de âmbito temático como as Religiões da Lusitânia de José Leite de Vasconcelos (1897-1913) como nos estudos regionais, de que é exemplo a obra do Abade de Baçal (Alves, 1910-1934).

Mário Varela Gomes publicou uma história muito detalhada dos sucessivos achados e trabalhos realizados ao longo do século XX (Gomes, 2002).

Todavia foi já no último quartel do século XX e na presente centúria que ocorreu a descoberta de vastos conjuntos, associados sempre a cursos de água: Tejo (1971); Douro (1981 e 1982); Côa (1989 e 1991) e Sabor (201?). Esta última descoberta demonstra que novos achados de grande magnitude podem acontecer nos próximos anos, justificando o interesse crescente em Portugal pela investigação em Arte Rupestre.

Neste “paper” vamos analisar a primeira dessas descobertas: a do Vale do Tejo, o contexto político e institucional vigente, os actores, o modelo segundo o qual se organizaram as campanhas de salvamento e estudo, destacando o valioso contributo de Eduardo da Cunha Serrão. Pretendemos contribuir não só para esclarecer como evoluiu este processo mas também para a História da Arqueologia em Portugal. Na verdade esta é considerada em Portugal como uma “arte menor”, enquanto nos outros países proliferaram os trabalhos sobre o tema. Dispomos de textos sobre o Património, instituições, de biografias das personalidades mais destacadas, mas falta o estudo dos mecanismos e das genealogias, da trama mais profunda na qual se formam os projectos, se estruturam os discursos e constroem os conhecimentos.

## 2. CONTEXTO POLÍTICO

As mais relevantes descobertas da Arte Rupestre Portuguesa ocorreram em contextos políticos diferenciados. A da Gruta do Escoural (1963) nos últimos anos do consulado de António Oliveira Salazar (Silva,

2008). A do Tejo na fase final do Estado Novo, quando este já se encontrava em estado de decomposição, dilacerado por graves contradições internas e enfrentando uma oposição cada vez mais aguerrida. A do Vale do Côa no último governo de Aníbal Cavaco e Silva no fim de um ciclo político. Finalmente a do Sabor, ainda escassamente divulgada, inscreve-se no âmbito das grandes obras que foram o apanágio dos dois governos de José Sócrates. Deste sumário esboço apenas se pode deduzir que não há, pelo menos numa análise mais superficial, uma relação directa entre os contextos políticos e a actividade arqueológica. Destaca-se no entanto uma coincidência entre um maior ritmo de descobertas, na derradeira fase do Estado Novo e após o advento do regime Democrático. Na verdade só a partir dos anos 1960 o regime ditatorial se preocupou em dotar o país com uma rede de infra-estruturas modernas. Esta tarefa iniciada com Marcelo Caetano, após uma fase transitória nos anos subsequentes a 1974, só assumiu um ritmo acelerado na década de 1980 e seguintes, já em Democracia. Em 1972, quando se realizaram os trabalhos arqueológicos de salvamento do Vale do Tejo parte das aldeias dos concelhos de Vila Velha de Ródão e de Nisa ainda não dispunham de electricidade.

Aliás a nomeação de Marcelo Caetano como Primeiro Ministro não teve o efeito desejado, ou seja o de prolongar o Estado Novo e em simultâneo dotar o país de infra-estruturas, promovendo a industrialização de Portugal. A evolução na continuidade revelou-se ilusória. Pelo contrário a guerra colonial agudizou-se, bem como o isolamento diplomático de Portugal. No âmbito específico das Universidades os anos do marcelismo foram de permanente conflito com os estudantes, cada vez mais conscientes da sua força política. No entanto é forçoso reconhecer que Marcelo Caetano procurou renovar os quadros da Administração Pública e ensaiar tímidas reformas. Mas o ambiente geral era manifestamente o do fim de uma época.

Foi neste contexto político e académico, algo turbulento, que ocorreu a descoberta da Arte Rupestre do vale do Tejo, processo em que os estudantes tiveram uma intervenção relevante, embora com apoios institucionais.

## 3. CONTEXTO INSTITUCIONAL

A arquitectura institucional manteve-se essencial até 1974 e mesmo depois. A tutela do pa-

trimónio arqueológico competia à Junta Nacional de Educação, dividida em Secções. Os processos de Arqueologia eram apreciados na 2ª subsecção da 6ª Secção (Belas Artes). A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, dependente do Ministério das Obras Públicas conservava intactos os seus poderes.

Contudo no final dos anos 1960 dissipou-se (devido à reforma ou morte dos protagonistas) o demorado conflito entre o MNA e as instituições portuenses, aliadas à AAP (Fabião, 1999 e 2011).

Registaram-se por outro lado algumas mudanças, a nível dos responsáveis, o que teve um impacte positivo. Em 1966 Manuel Heleno aposentou-se dos cargos de Professor Catedrático da Faculdade de Letras e de Director do Museu Nacional de Arqueologia, tendo sido nomeado Fernando de Almeida para as vagas deixadas em aberto. Fernando de Almeida distinguia-se pelo seu trato muito educado, calmo, sempre disponível para conversar com os estudantes. Entretanto também assumiu a Presidência da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Deste modo o poder que concentrou era muito significativo.

Foi nomeado para chefiar a Direcção Geral dos Assuntos Culturais Manuel Bairrão Oleiro, sem dúvida um dos arqueólogos mais notáveis da segunda metade do século XX. A circunstância de se ter dedicado preferencialmente ao Património, em detrimento da investigação faz com que a sua relevância na Arqueologia Portuguesa esteja algo esquecida, o que é lamentável, embora lhe tenham sido dedicados, ainda em vida dois livros de homenagem, na revista *Conimbriga* e pela Universidade Nova. Acerca de José Manuel Bairrão é desejável consultar também outros textos (Adília, 2000; Alarcão, 2000; Encarnação, 2000; Lemos, 2000; Silva, 2008).

Em síntese, apesar da continuidade do sistema orgânico, no âmbito da Arqueologia, abriram-se novas portas, na Tutela e na Universidade, que vão facilitar o projecto do Vale do Tejo.

#### 4. ANOS 70 DO SÉCULO XX: UM NOVO CONTEXTO INTELECTUAL

O movimento francês de Maio de 68 teve amplas repercussões em toda a Europa, incluindo Portugal, onde influenciou os estudantes que procuravam avidamente os livros dos novos filósofos (designadamente C. Lévy-Strauss; Michel Foucault; Gilles Deleuze) nas livrarias do Chiado. E as indispensá-

veis obras de André Leroi-Gourhan. De um modo geral as teorias marxistas eram perfilhadas pelos estudantes mais informados, embora sem dogmatismos. A ideia da Arqueologia como disciplina auxiliar da História era considerada obsoleta. Pelo contrário as questões de ordem epistemológica destacavam-se como prioritárias e as relações entre a Arqueologia e a Antropologia passaram a ser uma nova área de interesse. Como exemplo concreto deste movimento recordamos a constestação aos programas das disciplinas de Pré-História e de Antiguidade Oriental da Licenciatura em História da Faculdade de Letras de Lisboa em 1971/72. Fora do contexto do ensino, a criação do Grupo de Estudos para o Paleolítico Português, por um aluno finalista, Vítor Oliveira Jorge, inseria-se na mesma perspectiva, a um tempo epistemológica e antropológica (Jorge, 1970)

A adesão de alunos mais novos às actividades do GEPP foi pois natural. Realizaram-se assim, nas férias escolares, várias campanhas de prospecção designadamente no litoral estremenho (Loures) e no da Arrábida. Neste caso o pequeno grupo de estudantes acampou no jardim da casa de Eduardo da Cunha Serrão em Sesimbra. Aliás Sesimbra já tinha sido um dos locais de colaboração entre ECS e o GEPP, designadamente no estudo da Gruta da Lapa do Fumo.

#### 5. EDUARDO DA CUNHA SERRÃO

Tal como sucede com Manuel Bairrão Oleiro também a relevância de Eduardo da Cunha Serrão está a ser esquecida. Ambas mereciam estudos biográficos e referências mais dilatadas na História recente da Arqueologia Portuguesa. Na verdade Eduardo da Cunha Serrão (n. Lisboa em 25 de Dezembro de 1906 – f. Abril de 1991) destacou-se como um dos arqueólogos que mais contribuiu para alterar o panorama arcaizante que vigorou até aos finais dos anos sessenta do séc. XX na Pré-História de Portugal. Economista na vida profissional, quadro superior do CTT-TLP, E.C.S. não estava ligado as entidades oficiais, ou oficiosas, que pontificavam no mundo arqueológico da capital, na década de 1960. Interessado nos estudos de Pré-História Recente, Eduardo da Cunha Serrão, sem estar em ruptura com as entidades e figuras do pequeno universo lisboeta e nacional, mantinha uma certa distância. Detinha um compromisso com a Junta Nacional de Educação, mas ténue, na sua qualidade de delegado da mesma para o concelho de Sesimbra.

Entrou para a Associação dos Arqueólogos em 1959 através da Secção de Pré-História. Era sócio efectivo mas não exercia cargos directivos. Outro organismo oficioso com o qual mantinha um contacto mais estreito era a Sociedade de Geografia de Lisboa, de cuja Secção de Arqueologia, fundada por Mendes Correa, foi Vice-Presidente. A circunstância de estar à margem da Arqueologia oficial lisboeta não o impediu de realizar diversos trabalhos de grande impacto científico. Embora não fosse um profissional, no sentido estrito do termo, apreendera a importância da “Field Archaeology”. Segundo o seu próprio testemunho tomou consciência dos problemas teóricos e técnicos da Arqueologia durante uma viagem de estudo a Inglaterra, em 1952, organizada pelo British Council. Por essa altura era director do Instituto de Londres o professor V. Gordon Childe. Terminada a guerra, a Arqueologia britânica atravessava uma fase de grande dinamismo, influenciada pelo ensino e prática de Mortimer Wheeler e de Gordon Childe, entre outros. Deste modo ECS introduziu no nosso país os métodos preconizados pelo célebre arqueólogo inglês, aplicando pela primeira vez a técnica da quadriculagem do terreno. Apesar de ter divulgado no I Congresso Nacional de Arqueologia (Lisboa, 1959) a nova metodologia usada nas escavações da necrópole de Azóia (Sesimbra), bem como nos povoados de Parede (Cascais) e Olelas (Sintra) em 1955, o impacto desta inovação no meio arqueológico nacional foi muito limitado. A generalidade dos arqueólogos continuou a recorrer as longas valas ou poços, ou mesmo a métodos mais expeditos, com a inevitável destruição de preciosas estratigrafias, em especial nas grutas e abrigos pre-históricos.

## 6. A DESCOBERTA DAS GRAVURAS DO VALE DO TEJO

Em 1971 os planos de actuação do GEPP, cuja área prioritária de investigação era o Paleolítico, orientaram-se para o Vale Superior do Tejo em Portugal devido ao facto de ser uma zona pouco estudada, não existindo publicações de monta. Ao saber do projecto Paulo Caratão Soromenho indicou ao seu genro (FSL) uma nota recolhida na década de 1940 acerca de sinais gravados nas rochas junto ao leito do rio, a jusante das Portas de Ródão. Pelo que a identificação destes vestígios passou a ser um objectivo complementar das prospecções planeadas

para a zona das Portas do Ródão. As circunstâncias da descoberta em 31 de Outubro de 1971 já foram mencionadas em numerosos textos (Serrão *et alii*, 1972; Gomes, 2010) e com maior pormenor em: (Soromenho *et alii*, 1972). De qualquer modo é interessante transcrever uma frase de P. C. Soromenho: “..aguardámos os jovens arqueólogos que vinham de Vila Velha, onde na véspera já tinham estado a estudar o paleolítico da região” (Soromenho *et alii*, 1972). Nesse dia as prioridades mudaram. A quantidade de afloramentos xistosos gravados levou à conclusão de que se tratava de um achado excepcional, no âmbito da Arte Pré-histórica, para além do mais ameaçado pela futura albufeira da barragem do Fratel já em construção. O estudo do Paleolítico passou para um plano secundário, embora tenha sido retomado poucos tempo depois da conclusão do salvamento das gravuras.

Ao tempo, a entidade que “dominava” os estudos de Pré-História em Portugal eram os Serviços Geológicos. O GEPP tinha uma nítida consciência das forças em presença no pequeno universo dos estudos de Pré-História em Portugal e, embora mantivesse contactos com os Serviços Geológicos, considerava ultrapassada a metodologia da datação altimétrica das formações sedimentares quaternárias e o uso da análise das pátines como meio de estabelecer a antiguidade dos utensílios líticos. Não existia nos quadros da Faculdade de Letras nenhum Pré-Historiador. Assim, tendo em conta os laços de trabalho já forjados com Eduardo da Cunha Serrão estabeleceu-se uma aliança entre aquele arqueólogo e os estudantes, a fim de se constituir uma equipa para efectuar o estudo das gravuras. Eduardo da Cunha Serrão não era em bom rigor um arqueólogo profissional (tal como aliás os estudantes da FLUL) mas os padrões metodológicos pelos quais se guiava bem como as suas referências teóricas, estavam muito mais próxima das ideias que se discutiam no seio do GEPP.

Pelo que a aproximação entre ECS e os estudantes foi uma aliança geracional produtiva, em que a diferença de perspectivas não provocou fracturas: “Concretamente, no caso da arte rupestre de Fratel nós temos diversas opiniões, às quais os restantes jovens membros da equipa contrapoem objecções muito prudentes e judiciosas, considerando melhor esperararmos os resultados finais dos estudos a que havemos de proceder e só, depois, tomarmos uma atitude” (Soromenho *et alii*, 1972).

De qualquer modo a parceria entre ECS e o GEPP não tinha por si mesmo força institucional suficiente. Foi necessário procurar apoios exteriores o que se concretizou em pouco tempo, nos meses seguintes à descoberta.

## 7. A REDE INSTITUCIONAL E A CONVERGÊNCIA DE APOIOS

Tendo em conta a dimensão dos achados e a circunstância de estarem ameaçados por uma hidro-eléctrica, se fosse nos dias de hoje o processo seria complexo. Na década de 70 do século XX os procedimentos decorreram sem problemas de maior. O projecto de estudar as gravuras teve bom acolhimento por parte de Fernando de Almeida, que recordamos era o Professor Catedrático de Arqueologia, Director do Museu de Belém e Presidente da AAP. Aliás Fernando de Almeida já cedera ao GEPP uma sala no Museu, onde o grupo se reunia com frequência.

Contudo o apoio decisivo foi o de Manuel Bairrão Oleiro a cuja política, como responsável da tutela, estava subjacente a ideia de renovar a Arqueologia Portuguesa. Assim o pedido de autorização apresentado por ECS e os elementos do GEPP foi deferido com relativa facilidade em Janeiro de 1972. Foi relator do processo Bandeira Ferreira que tinha sido assistente de Arqueologia na Faculdade de Letras. Esta rede institucional de apoios foi reforçada através de uma divulgação rápida da Arte Rupestre.

## 8. DIVULGAÇÃO

### 8.1. Científica

Tendo em conta o modo como se organizou a equipa não surpreende que a divulgação científica se tenha processado no âmbito da AAP. Realizou-se uma primeira conferência em 29 de Maio de 1972 na Secção de Pré-História da Associação dos Arqueólogos Portugueses, posteriormente publicada na *Revista Arqueologia e História* (Serrão *et alii*, 1972). Um pormenor interessante é a ordem como figuram os autores: Eduardo da Cunha Serrão, Francisco de Sande Lemos, Jorge Pinho Monteiro, Maria de los Angeles Querol, Susana Rodrigues Lopes e Vítor de Oliveira Jorge. Ou seja alfabética, pelo primeiro nome, uma imposição “democrática” dos estudantes à qual ECS nunca se opôs. Um resumo da comunicação à Secção de Pré-História da AAP, subscrito pelos mesmos autores foi publicado na III Série de

*O Arqueólogo Português*, no volume 6, 1972, sob o título “O Complexo de Arte Rupestre do Vale do Tejo (Vila Velha de Ródão – Nisa) – Primeiras Hipóteses e Programa de Trabalhos”.

E mais tarde no âmbito das II Jornadas Arqueológicas promovida pela AAP em 1972 foi apresentado um “update”: “Notícia de novas descobertas no complexo de Arte Rupestre do Vale do Tejo” (Serrão *et alii*, 1973).

### 7.2. Mediática

A Imprensa de Lisboa deu ampla cobertura à descoberta (por exemplo no *Diário de Notícias* de 20-1-1972) e a notícia saiu mesmo em prestigiados jornais estrangeiros, designadamente no *Times* de 21-1-1972, no *New York Herald Tribune* de 21-1-1972, no *Le Soir* (Bruxelas) em 28-1-1972. Processou-se também noutro nível, através de conferências designadamente em Novembro de 1972, na sede do Grupo dos Amigos de Lisboa, com intervenções de Paulo Cartão Soromenho, Eduardo da Cunha Serrão e Francisco Sande Lemos.

Através desta rápida divulgação científica e mediática a descoberta ficou claramente associada a ECS e à Faculdade de Letras de Lisboa, em pouco mais de seis meses. Se compararmos com o tempo da revelação dos achados de Foz Côa e do Sabor regista-se um notável diferença.

No entanto a equipa de Pré-História dos Serviços Geológicos não se coibiu de reagir pondo em causa a autenticidade da quase totalidade das gravuras. De acordo com o seu parecer somente duas ou três rochas com gravuras eram antigas. As restantes eram recentes e datavam da época da construção do Caminho de Ferro da Beira Baixa, tendo sido feitas por operários que para o efeito teriam utilizados os parafusos metálicos que prendiam as traves em que assentavam os carris. O facto de estarem pouco patinadas confirmaria a escassa antiguidade das gravuras. Esta opinião não teve qualquer efeito na sequência do projecto.

## 9. VIAGEM DE ESTUDO A PARIS (PRIMAVERA DE 1972)

Aprovada a equipa e em paralelo com a divulgação científica e mediática, ECS e o GEPP consideraram oportuna uma deslocação a Paris, que foi subsidiada pelo Ministério da Educação. Esta ida a França foi essencial para definir os modelos de registo e as es-

estratégias a aplicar nos futuros trabalhos de campo. Em Paris o GEPP encontrou-se com André Leroi-Gourhan no Collège de France, com A. Laming-Emperaire no Musée de l'Homme. Houve uma deslocação posterior a Pincevant, a fim de recolher junto de Michel Brézillon ensinamentos acerca das técnicas de moldagem com látex que este pré-historiador tinha aplicado no estudo das gravuras do Sahara. No âmbito da mesma viagem celebraram-se reuniões com investigadores do Paleolítico, no Institut de Paléontologie Humaine. Na sequência desta viagem de estudo foi entregue um relatório pormenorizado, o qual constitui um documento histórico, inexplicavelmente por publicar. Conservam-se pelo menos duas cópias: uma no Arquivo da actual Direcção Geral do Património Cultural Português e outra no legado José Pinho Monteiro, no Museu Nacional de Arqueologia.

## 10. A ORGANIZAÇÃO DAS CAMPANHAS

Em 1972 já depois de ter sido deferido o pedido de autorização Vítor Oliveira Jorge e Susana Jorge foram convidados (por Fernando de Almeida) respectivamente para Assistente e Monitora da Universidade de Sá da Bandeira (Huambo). Regressou à “Metrópole”, a fim de ocupar da área de Pré-História na FLUL, Victor Gonçalves. O afastamento daquele dois elementos motivou correspondência entre VOJ e Direcção dos Assuntos Culturais e desta com ECS, ficando estabelecido que na eventualidade deste último pretender juntar outros elementos à direcção do projecto deveria comunicar previamente a fim de ser(em) apreciado o novo(s) nome(s). Até à fase final do salvamento não ocorreram mais alterações, tanto quanto é possível deduzir da documentação disponível. Porém, ainda em 1972, Maria dos Angeles Querol aceitou um convite do Martin Almagro Basch para ingressar na Universidade Complutense, pelo que a equipa dirigente ficou reduzida a três elementos: Eduardo da Cunha Serrão, Jorge Pinho Monteiro e Francisco Sande Lemos. Entretanto foi possível reunir uma vasta equipa de estudantes após uma sessão efectuada num auditório da Faculdade de Letras em Março de 1972: Vítor Serrão; António Martinho Baptista; João Ludgero; António Carlos Silva; Rui Parreira; Teresa Marques; Manuela Martins.

Por motivos óbvios, uma vez que ECS estava obrigado a comparecer diariamente nos CTT, as reuniões

de trabalho passaram-se a realizar-se na sua casa em Campo de Ourique na Rua Saraiva de Carvalho nº 242, 1ºDT, à noite depois do jantar. Nestas reuniões, abertas aos novos colaboradores, eram discutidos a estratégia a seguir e os pormenores de cada campanha a realizar, bem como os contactos institucionais (incluindo a troca de correspondência com as entidades da tutela e financiadoras). Entre o Verão de 1972 e o seguinte tanto JPM como FSL dedicaram-se exclusivamente ao projecto e interromperam os estudos. Na verdade a condicionante da barragem não permitia adiamentos e as questões de ordem técnica eram inúmeras. Por outro as verbas concedidas pelo ME e pela Fundação Calouste Gulbenkian eram limitadas sendo necessário uma gestão rigorosa das contas. Não se concretizaram em pleno as campanhas do Verão de 1972 devido ao facto do subsídio da FCB não ter sido processado em tempo oportuno. A campanha destinada a aproveitar as férias do Natal não teve os resultados esperados (as condições atmosféricas revelaram-se adversas), embora contasse com um reforço de alunas da Universidade Complutense. Pelo contrário a campanha de Primavera de 1973 foi proveitosa, pois o tempo esteve excelente. Os trabalhos finais efectuaram-se durante o Verão de 1973. A construção da barragem foi dada por concluída em 1973 e o enchimento da albufeira concretizou-se ao longo do Outono/Inverno de 1973/1974. Apesar de todas as dificuldades, a operação de salvamento do Vale do Tejo permitiu centenas de registos em latex, fotografia e diapositivos. A recente dissertação de doutoramento de Mário Varela Gomes (2010) é prova de que a documentação recolhida pode ser utilizada em estudos de grande fôlego, com pleno êxito.

## 11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na intervenção que abriu o II Congresso Nacional de Arqueologia celebrado em Coimbra em 1973, Manuel Bairrão Oleiro desenhou as linhas de uma política para a Arqueologia Nacional (Oleiro, 1973). Texto pouco citado, apesar do seu interesse, antecipa a importância futura da Arqueologia Preventiva, ao mesmo tempo que enuncia a necessidade de se efectuar a Carta Arqueológica de Portugal. Entre os projectos de Arqueologia Preventiva Bairrão Oleiro destaca dois: o Salvamento da Arte Rupestre do Tejo e o do área de Sines. Tanto no caso da Arte do Tejo como no de Sines as intervenções tiveram repercussões científicas e não só.

No registo das gravuras do Ródão e Nisa formou-se um conjunto de arqueólogos que tiveram uma intervenção relevante na Arqueologia portuguesa nas décadas subsequentes, embora seja errado falar de uma Geração do Vale do Tejo (Silva 1996 e 1999; Lemos, 1997; Arnaud, 2002). O termo “Geração de Vale do Tejo” remete para um registo mágico, ou quase mitológico. O contexto foi muito mais complexo e envolveu várias pessoas e diversos pólos: Eduardo da Cunha Serrão, estudantes de História (salvo um de Arquitectura), Bairrão Oleiro, Fernando de Almeida, a Faculdade de Letras de Lisboa, a AAP, a Direcção dos Assuntos Culturais e o MNA.

A verdade é que fechadas as comportas o projecto de estudo das gravuras do Tejo fragmentou-se por ter havido uma quebra na direcção científica. Muitos dados continuam por explorar, pese a excelência do trabalho de Mário Varela Gomes (2010). Persistem em aberto numerosas hipóteses de trabalho. Seja como for, transcorridos 42 anos sobre a descoberta das gravuras do Fratel, é legítimo concluir que a formação científica, a inteligência e o empenho de um arqueólogo não inserido no sistema, Eduardo da Cunha Serrão (cuja participação não foi meramente simbólica, mas activa, tendo chegado mesmo a investir várias dezenas de milhares de escudos do seu bolso bolso, dinheiro que só reaveu vários meses depois das campanhas terem terminado) e o dinamismo de um grupo de estudantes, apoiados por instituições incipientes mas com responsáveis esclarecidos, asseguraram o registo mínimo de um complexo de Arte Rupestre de grande amplitude, um dos maiores da Europa.

Procurámos destacar o quadro político e institucional, o contexto, as genealogias, a rede de personalidades e os lugares que ocupavam, as alianças que se estabeleceram ou seja, em síntese, a malha de vectores que devem ser ponderados quando se pretende entrar no cerne da História da Arqueologia de um determinado país. A Associação dos Arqueólogos Portugueses foi o espaço preferencial para a divulgação dos resultados científicos. A ruptura democrática ocorrida em 1974 reconheceu o valor da obra de Eduardo da Cunha Serrão, que assumiu sucessivamente os cargos Presidente da Secção de Pré-História e depois Presidente da AAP.

## BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Francisco Manuel (1910-1934) – *Memórias Arqueológicas-Históricas do Distrito de Bragança* (10 volumes), Bragança.
- ALARCÃO, Adília (2000) – João Manuel Bairrão Oleiro, *Monumentos*, Lisboa. 13, pp. 119-121.
- ALARCÃO, Jorge (2000) – João Manuel Bairrão Oleiro, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 41: 1-2.
- ARNAUD, José Morais (2002) – Prólogo. *Arqueologia 2000. Balanço de um Século de Investigação Arqueológica em Portugal*. *Arqueologia e História*. Lisboa. 54, pp. 9-12.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2000) – João Manuel Bairrão Oleiro. O Mestre, o Amigo, o Arqueólogo. *Al-Madan*. Almada. Série II. 9, p. 215.
- FABIÃO, Carlos (1999) – Um século de Arqueologia em Portugal – I, *Al-Madan*. Almada. Série II. 8, pp. 104-126.
- (2011) – *Uma História da Arqueologia Portuguesa*. Lisboa: Edição CTT.
- GOMES, Mário Varela (2002) – Arte Rupestre em Portugal – Perspectiva sobre o último século, *Arqueologia 2000. Balanço de um Século de Investigação Arqueológica em Portugal*. *Arqueologia e História*. Lisboa. 54, pp.139-194
- (2010) – *Arte Rupestre do Vale do Tejo. Um Ciclo Artístico e Cultural Pré e Proto-Histórico*, Dissertação de Doutoramento em História, especialidade de Arqueologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 3 volumes.
- LE MOS, Francisco Sande (1989) – Arqueologia Portuguesa; Aspectos Históricos e Institucionais. *Forum*. Braga. 5, pp. 91-110.
- (1991) – Eduardo da Cunha Serrão e os anos 60-70 na Arqueologia do Sul de Portugal. *Forum*. Braga. 9-10, pp. 135-147.
- (1997) – A vã glória de escrever no presente a história que vai ser investigada no futuro. *Forum*. Braga. 22, pp. 85-92.
- (2000) – José Manuel Bairrão Oleiro. *Forum*. Braga. 28, pp. 195-201.
- (2011) – Vale do Tejo – a Ventura da Arte Rupestre, in 40 anos do Início da Descoberta do Vale do Tejo. Açafa on Line. Vila Velha de Rodão. 4, 22 p.
- JORGE, Vítor M. de Oliveira (1970) – *Estatuto epistemológico da paleo-antropologia cultural*, «Novas Perspectivas das Ciências do Homem». Lisboa: Presença. pp. 91-112.
- MORAIS, Joao Pinto de e MAGALHAES, A. de S. Pinto (1985) – *Memórias de Ansiães*, Bragança. CMCA.
- OLEIRO, João Manuel Bairrão (1974) – Palavras de Abertura. *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia (Porto – 1993)*. Lisboa. pp.17-24

SERRÃO, Eduardo da Cunha; LEMOS, Francisco Sande; MONTEIRO, Jorge Pinho QUEROL, Maria Angeles; LOPES, Susana Rodrigues; JORGE, Vítor Oliveira – (1972) – O complexo de Arte Rupestre do Vale do Tejo (Vila Velha de Ródão – Nisa 9: Notícia preliminar. *Arqueologia e História*. Lisboa. 4, pp. 11-39.

– (1972) – O complexo de Arte Rupestre do Vale do Tejo (Vila Velha de Ródão – Nisa): primeiras hipóteses e programa de trabalhos. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III. 4, pp. 63-67.

– (1973) – SERRÃO, Eduardo da Cunha; LEMOS, Francisco Sande; MONTEIRO, Jorge Pinho QUEROL, Maria Angeles – Notícia de novas descobertas no complexo de Arte Rupestre do Vale do Tejo. *Actas das II Jornadas Arqueológicas*. Associação dos Arqueólogos Portugueses. Lisboa. pp. 7-17.

SILVA, António Carlos (1996) – A geração do Tejo, Linguagem das Coisas, Ensaios e Crónicas de Arqueologia: Publicações Europa-América, p. 293-323

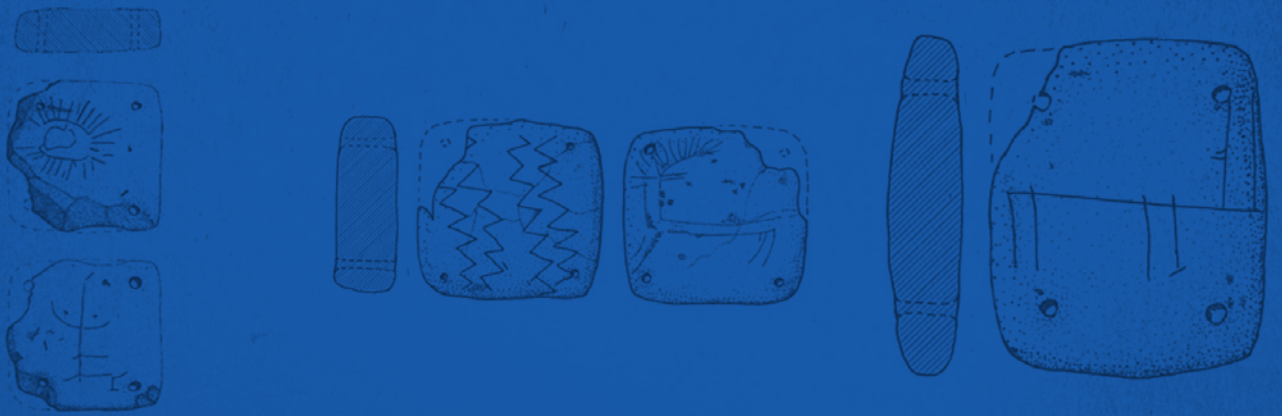
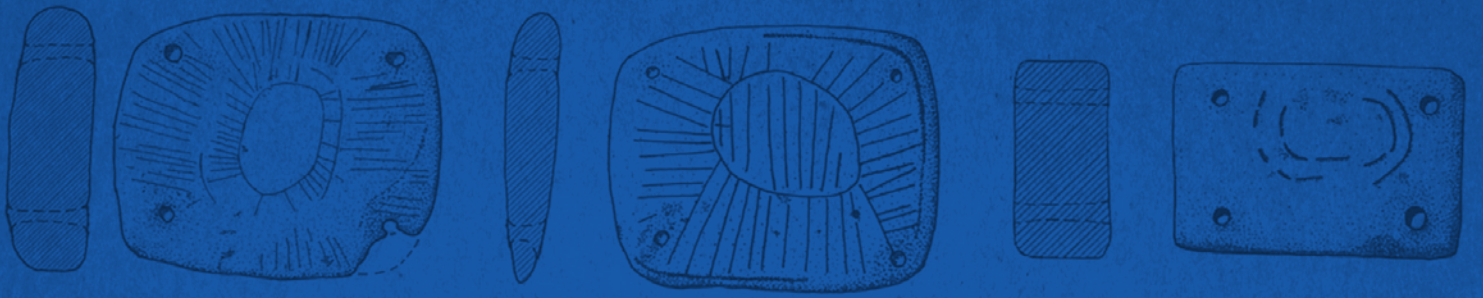
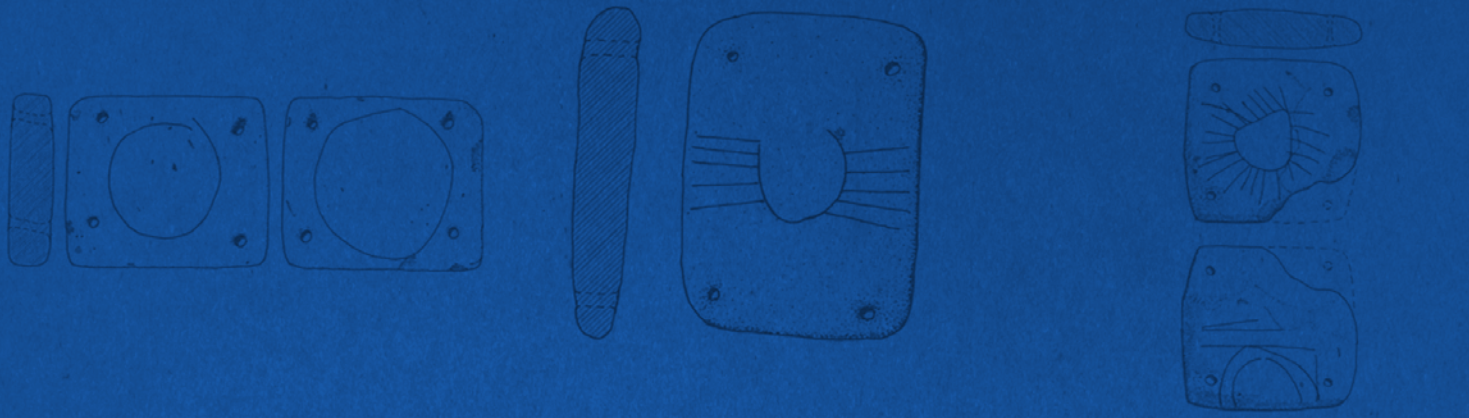
– (1999) – Arqueologia Portuguesa no século XX, um testemunho muito pessoal. *Al-Madan*. Almada. Série II. 8, pp. 133-137.

– (2002) – Das propostas de Estácio da Veiga (1880) à criação do Instituto Português de Arqueologia (1996). *Arqueologia e História*. Lisboa. 54, pp. 229-315.

– (2008) – O Museu Nacional de Arqueologia e a Salvaguarda do Património Arqueológico. Algumas reflexões tendo como fundo a actuação do Museu aquando da descoberta da Gruta do Escoural. *O Arqueólogo Português*. Série IV. 26, pp. 299-344.

SOROMENHO, Paulo Caratão; Serrão, Eduardo da Cunha e LEMOS, Francisco Sande – (1972) Arte Rupestre Tagana, – *Olisipo*, XXV (135), Lisboa, pp. 75-92.

VASCONCELOS, J. Leite de (1897-1913) – *As Religiões da Lusitânia*. Lisboa: Imprensa Nacional. (3 volumes).



**AAP**  
ASSOCIAÇÃO  
DOS ARQUEÓLOGOS  
PORTUGUESES

Patrocinador oficial

Apoio institucional

FUNDAÇÃO  
**Millennium**  
bcp

**BNP**  
BIBLIOTECA  
NACIONAL  
DE PORTUGAL

 GOVERNO DE  
PORTUGAL

  
Parques de Sintra  
Monte da Lua